



479
8

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ED na Ap Nº: 0230111-1

EMBARGANTE: Município do Recife

EMBARGADO: Sociedade Technica de Engenharia e Comércio Ltda. - SOTEC

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. TRIBUTÁRIO. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. 1. O acórdão recorrido, claro por seus próprios termos, reformou integralmente a sentença proferida nos autos, a qual julgava parcialmente procedentes os pedidos formulados pelo contribuinte/embargado. 2. Nesse sentido, o acórdão recorrido deu provimento ao reexame necessário, julgando totalmente improcedentes os pedidos formulados na exordial, prejudicados, por conseguinte, tanto o apelo voluntário do contribuinte quanto a irresignação fazendária. 3. E, no que pertine à sucumbência, o voto, que integra o acórdão recorrido, expressamente registrou a condenação da parte vencida (contribuinte/embargado) *"ao pagamento das custas processuais e da verba honorária que fixo em 10% (dez por cento) do valor atribuído à causa"*. 4. Sendo assim, constata-se a inexistência de omissão no acórdão recorrido relativamente à responsabilidade pelo pagamento dos honorários de sucumbência. 5. Embargos declaratórios conhecidos, porém improvidos, à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração na Apelação Cível nº 0230111-1, acima referenciados, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 03 de julho de 2014 (data do julgamento)


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



480

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ED na Ap Nº: 0230111-1

EMBARGANTE: Município do Recife

EMBARGADO: Sociedade Technica de Engenharia e Comércio Ltda. - SOTEC

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO E VOTO

Trata-se de **Embargos de Declaração** interpostos pelo **Município do Recife** em face de acórdão que **deu provimento** ao **reexame necessário** em face de sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados pela **Sociedade Technica de Engenharia e Comércio Ltda. - SOTEC** na Ação Ordinária nº. 0006019-93.2008.8.17.0001, nos termos da seguinte ementa:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. IPTU E TLP. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE LANÇAMENTOS TRIBUTÁRIOS. PRAZO PRESCRICIONAL QUINQUENAL. DECRETO Nº. 20.910/32. TLP. LEI MUNICIPAL Nº. 15.563/91. CONSTITUCIONALIDADE. REEXAME NECESSÁRIO PROVIDO. 1. No caso dos autos, a controvérsia gira em torno da suposta inconstitucionalidade do Código Tributário Municipal (Lei Municipal nº 15.563/91), no que tange ao fato gerador da Taxa de Limpeza Pública e ao regime de alíquotas progressivas estatuído para a cobrança do IPTU. 2. Com efeito, pretende o contribuinte o reconhecimento da inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 15.563/91 e a declaração da nulidade dos lançamentos efetuados nos exercícios fiscais de 1981 a 1999. 3. Todavia, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 847.206/RJ pela sistemática dos recursos repetitivos (art. 543-C do Código de Processo Civil), pacificou o entendimento de que o prazo prescricional adotado em sede de ação declaratória de nulidade de lançamentos tributários é quinquenal, nos moldes do art. 1º do Decreto nº. 20.910/32. 4. De fato, a jurisprudência firmada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que o termo inicial para a contagem do o prazo prescricional quinquenal da ação declaratória de nulidade de lançamento tributário, é a notificação fiscal do ato administrativo do lançamento. 5. No caso *sub examine*, embora as notificações de lançamento de IPTU e TLP não tenham sido juntadas aos autos, observa-se que vários comprovantes de pagamentos referentes aos créditos fiscais impugnados constam das fls. 39/110. 6. Os pagamentos mais recentes reportam ao período de outubro/2001, o que denota que as notificações dos lançamentos em apreço ocorreram em momento anterior. 7. Ora, a presente Ação Declaratória foi proposta em 20/02/2008, de modo que – respeitado o prazo prescricional quinquenal a que alude o art. 1º do Decreto nº. 20.910/32 – a declaração de nulidade pretendida pela empresa apelante somente poderia recair sobre as notificações de lançamento ocorridas a partir de 20/02/2003. 8. Sendo assim, é forçoso concluir que a pretensão declaratória da empresa apelante encontra óbice do transcurso do prazo prescricional previsto no art. 1º do Decreto nº. 20.910/32. 9. De todo modo, ainda que se pudesse cogitar da não ocorrência de prescrição quanto à pretensão declaratória relativa a alguns dos lançamentos de TLP, seria igualmente forçoso concluir pela improcedência do pedido. 10. De fato, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é uníssona em rejeitar a constitucionalidade de leis municipais que instituíssem taxas não vinculadas “*apenas à coleta de lixo domiciliar, mas, também, de serviço de caráter universal e indivisível, como a limpeza de logradouros públicos*” (AI-ED 516.410/RJ). 11. Porém, a *contrario sensu*, o STF reconhece a constitucionalidade das exações que se limitem a tributar prestações *uti singuli* (RE-AgR 440992/RN). 12. Nesse contexto, é necessário ressaltar



481

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

que, a partir da edição da Lei Municipal nº. 16.126/95, o Código Tributário Municipal (Lei Municipal nº. 15.563/91) passou a prever como fato gerador da Taxa de Limpeza Pública (art. 62, CTM) *"a prestação de serviços municipais de coleta e remoção de lixo"*, o que constitui atividade específica e divisível, tanto no plano da prestação, pela Municipalidade, quanto na fruição, pelo contribuinte. 13. Sendo assim, em análise concreta dos dispositivos que compõem a moldura da Taxa de Limpeza Pública no âmbito do Município do Recife à época da ocorrência dos fatos geradores em apreço, não se encontra qualquer elemento que a associe a prestações de caráter universal, a exemplo de limpeza de logradouros públicos. 14. Não se visualiza, pois, eiva de inconstitucionalidade em relação à Taxa de Limpeza Pública. 15. Por fim, ressalte-se que carece de fundamento a pretensão de *"reconhecer a prescrição do crédito tributário concernente aos exercícios anteriores a 2003 não ajuizados e/ou ajuizados sem a realização da citação até o presente momento"*. 16. Ora, como é cediço, a data de interposição da presente Ação Declaratória não corresponde ao marco temporal adequado para a análise da ocorrência ou não da prescrição dos referidos créditos tributários. 17. Em verdade, a eventual ocorrência de prescrição deverá ser suscitada nas execuções fiscais correspondentes a cada um dos créditos tributários impugnados. 18. Reexame necessário provido, à unanimidade, julgando-se totalmente improcedentes os pedidos formulados na exordial, prejudicada, por conseguinte, a irrisignação do contribuinte, assim como o apelo fazendário.

Nesse contexto, a Fazenda Pública/embargante alega que o acórdão recorrido teria incorrido em omissão, tendo em vista que *"o órgão fracionário, ao exteriorizar o provimento do mérito recursal, não fixou os honorários advocatícios de sucumbência"*.

Segundo a Fazenda Pública/embargante, *"houve negativa integral dos pleitos veiculados na exordial, não devendo vigorar, portanto, o capítulo condenatório originário, o qual entendeu pela sucumbência recíproca"*.

Requer, pois, o saneamento de tal omissão *"para que haja a integração do julgado, suprimindo a omissão supra apontada"*.

É o essencial a relatar.

O acórdão recorrido, claro por seus próprios termos, reformou integralmente a sentença proferida às fls. 204-208, a qual julgava parcialmente procedentes os pedidos formulados pelo contribuinte/embargado.

Nesse sentido, o acórdão recorrido deu provimento ao reexame necessário, julgando totalmente improcedentes os pedidos formulados na exordial, prejudicados, por conseguinte, tanto o apelo voluntário do contribuinte quanto a irrisignação fazendária.

E, no que pertine à sucumbência, o voto, que integra o acórdão recorrido, expressamente registrou a condenação da parte vencida (contribuinte/embargado) *"ao pagamento das custas processuais e da verba honorária que fixo em 10% (dez por cento) do valor atribuído à causa"*.

Sendo assim, constata-se a inexistência de omissão no acórdão recorrido relativamente à responsabilidade pelo pagamento dos honorários de sucumbência.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

482
e

Ante o exposto, conheço dos presentes embargos porém **nego-lhes provimento**.

Recife, 03 de julho de 2014.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator